

PROJEÇÕES ESCALARES DA TRANSFOBIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS: O CASO DO DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA NO YOUTUBE

SCALAR PROJECTIONS OF TRANSPHOBIA IN DIGITAL INTERACTIONS: THE CASE OF CONGRESSMAN NIKOLAS FERREIRA ON YOUTUBE

Beatriz Rodrigues Guimarães Barros (UFAL)¹
Danillo da Conceição Pereira Silva (IFAL/ UFAL)²

Resumo: Este trabalho analisa processos escalares projetados em comentários na plataforma YouTube em resposta ao discurso do Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL), que, no Dia Internacional da Mulher, satirizou identidades trans ao usar uma peruca. Para tanto, realizamos uma “etnografia de escala” (Carr; Lampert, 2016), metodologia que possibilita analisar de forma detalhada como os sujeitos constroem, posicionam e hierarquizam suas opiniões em redes sociais, evidenciando os processos pragmáticos e semióticos de atribuição de valor e legitimização de discursos. A análise mobilizou teorias sobre linguagem como performance (Austin, 1990; Butler, 1997) e violência linguística (Silva, 2019a; 2019b), performatividade de gênero (Butler, 2018), além deepistemologias transfeministas sobre gênero e transfobia (Vergueiro, 2016). Os resultados indicam que os comentários reproduzem transfobia por meio de discursos médico-científicos e religiosos, naturalizando corpos e identidades trans; promovem antagonismos entre mulheres cis e trans, reforçando hierarquias sociais; e configuram escalas que legitimam a exclusão e invisibilização de sujeitos dissidentes da cisheteronorma. Dessa forma, a análise evidencia como a linguagem em plataformas digitais atua na reprodução de desigualdades e violência simbólica contra pessoas trans, mostrando a importância de investigar a performatividade da transfobia no ambiente *online*.

Palavras-chave: cisheteronorma; escala; Nikolas Ferreira; transfeminismo; parlamento.

Abstract: This study analyzes scalar processes projected in comments on YouTube in response to the speech by Federal Deputy Nikolas Ferreira (PL), who, on International Women's Day, satirized trans identities by wearing a wig. To this end, we conducted a “scale ethnography” (Carr; Lampert, 2016), a methodology that allows for a detailed analysis of how subjects construct, position, and hierarchize their opinions on social networks, highlighting the pragmatic and semiotic processes of value attribution and discourse legitimization. The analysis drew on theories of language as performance (Austin, 1990; Butler, 1997) and linguistic violence (Silva, 2019a; 2019b), gender performativity (Butler, 2018), as well as transfeminist epistemologies on gender and transfobia (Vergueiro, 2016). The results indicate that the comments reproduce transfobia through medical-

¹ Especialista em Linguagem e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Licenciada em Letras – Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Mestranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora do Nexus Lab – Laboratório de Pesquisa em Linguística Aplicada & Sociedade (CNPq/IFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1271-0339>. E-mail: brgb1@aluno.ifal.edu.br.

² Doutor em Letras (Linguística Aplicada) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor da Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Líder do Nexus Lab – Laboratório de Pesquisa em Linguística Aplicada & Sociedade (CNPq/IFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5879-5999>. E-mail: danillo.silva@ifal.edu.br.

scientific and religious discourses, naturalizing trans bodies and identities; promote antagonisms between cis and trans women, reinforcing social hierarchies; and configure scales that legitimize the exclusion and invisibility of subjects who dissident subjects from the cisheteronorm. Thus, the analysis highlights how language on digital platforms acts to reproduce inequalities and symbolic violence against trans people, showing the importance of investigating the performativity of transphobia in the online environment.

Keywords: cisheteronorm; scale; Nikolas Ferreira; transfeminism; parliament.

Introdução

Diante das múltiplas normas culturais e políticas às quais somos submetidos nos mais distintos processos de subjetivação, destacam-se dois códigos que operam como reguladores de identidades de modo particularmente incisivo e pervasivo: a cismodernidade e a heteronormatividade – ou, em conjunto, a cisheteronormatividade (Borba; Silva, 2020). Esse regime de normalização estabelece parâmetros compulsórios para as vivências, perspectivas, comportamentos, desejos, formas de expressão corporal e modos de se relacionar afetiva e sexualmente, classificando-os em diferentes graus de normalidade e desvio. Tais modelos são ancorados nas concepções de heterossexualidade e cisgêneridade, sendo esta última associada ao caráter supostamente linear da relação entre sexo, gênero e desejo (Butler, 2018).

Considerando que o corpo é socialmente construído (Preciado, 2017), torna-se necessária a indagação sobre a relação entre a cisheteronormatividade e a linguagem, a fim de traçar um panorama mais complexo entre os efeitos performativos da linguagem utilizada por sujeitos em suas práticas sociais cotidianas e os significados de gênero e sexualidade produzidos por elas. Neste artigo, buscamos compreender a forma como a cisheteronormatividade está atrelada às práticas de sujeitos engajados nas interações *online* de que participam. Para isso, propomos uma análise de comentários realizados em ambiente digital, a partir de um fenômeno midiático, utilizando a noção de “escala” desenvolvida no âmbito dos estudos do discurso na Antropologia Linguística, especialmente nos trabalhos de Carr e Lampert (2016).

Além disso, propomos um diálogo entre esses construtos semióticos e noções dos estudos de gênero, como cisheteronormatividade, performatividade de gênero (Butler, 2018) e transfobia (Vergueiro, 2016). Assim, o ponto central deste artigo é a investigação da forma como a cisheteronormatividade, enquanto norma social que regula existências, é fabricada e naturalizada nas interações cotidianas como resultado de um árduo processo semiótico. Esse processo se dá na negociação de normas macrossociais, mediante a construção de escalas para a produção de significados, que atuam para normalizar certos discursos.

Em função dessas escolhas epistemológicas, este artigo se pauta em uma metodologia de pesquisa qualitativa e interpretativa em Linguística Aplicada (Moita Lopes, 1991). Os dados analisados foram gerados em uma etnografia da escala (Carr; Lampert, 2016) praticada na rede social *YouTube*, na seção de comentários de um vídeo viral em que o deputado federal da extrema-direita brasileira Nikolas Ferreira (PL), a partir da tribuna da Câmara Federal, faz um discurso alusivo ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, no ano de 2023. Em seu discurso, o deputado realiza uma performance transfóbica com vistas a depreciar mulheres trans e invalidar suas identidades de gênero.

Em termos de organização formal, este texto está estruturado em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, discorremos a respeito do gênero como construção performativa e suas consequências na vida de sujeitos dissidentes do padrão cisheteronormativo. Já na segunda seção, correlacionamos performance e linguagem, além de apresentar um breve panorama das escalas e seus processos de criação. Em seguida, apresento

a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e, por fim, na quarta seção, exploro analiticamente o percurso de naturalização de escalas transfóbicas nas interações digitais focalizadas, que se dá basicamente pela legitimação de um modelo biomédico de identidade e pela produção de antagonismos sociais. Além disso, ainda nessa última seção, exploro alguns processos de contestação dessas escalas transfóbicas produzidas.

1 Gênero e transfobia: a construção discursiva da “verdade” do gênero

As discussões sobre gênero e sexualidade vêm ganhando espaço nas mídias digitais, como X (antigo *Twitter*) e *YouTube*. Essas plataformas cumprem a função de conectar pessoas, estabelecer relações profissionais e compartilhar informações de diferentes naturezas. Elas são apropriadas tanto por movimentos sociais e partidos políticos, como extensão de sua atuação, quanto pelos usuários comuns, que expressam opiniões pessoais. Em tempos de acirrada polarização política e identitária, essas interações produzem eventos digitais pautados na disputa entre diferentes versões do mundo.

Entre as pautas que suscitam debates, destaca-se o caso do deputado federal de Minas Gerais Nikolas Ferreira (PL), que, no Dia Internacional da Mulher (08/03), pôs uma peruca e ironizou a existência de mulheres trans durante seu discurso na tribuna da Câmara dos Deputados. O episódio gerou discussões intensas nas mídias, com manifestações de apoio e repúdio. Para compreender por que um gesto aparentemente trivial produz efeitos significativos, é necessário recorrer ao conceito de performatividade de gênero. Alguns comentários feitos na plataforma *YouTube* serão analisados posteriormente neste artigo, mas antes se faz necessário compreender norma, gênero e a relação entre linguagem e performance.

Para refletir sobre gênero, é imprescindível discutir inicialmente a performatividade, que, segundo Butler (2018), se refere ao modo de agir dos indivíduos e à produção de efeitos que caracterizam a identidade de gênero. Trata-se de ações repetidas que fazem com que os sujeitos sejam descritos como homens ou mulheres. O sujeito é constituído por atos que são feitos e desfeitos diariamente, caracterizados pela reprodução de comportamentos socialmente instituídos.

A performatividade de gênero é imposta antes mesmo do nascimento e perpetuada ao longo da vida. Essa reprodução contínua naturaliza os atos, fazendo-os parecer intrínsecos aos gêneros, limitando a expressão individual e penalizando quem desafia essas normas. Caso os padrões deixassem de ser reproduzidos, não haveria distinção de gênero baseada no comportamento. Em suma:

Dizer que a realidade de gênero é performativa significa que ela só é real na medida em que é performada. Certos tipos de atos são geralmente interpretados como expressão de um núcleo ou identidade de gênero, e esses atos ou estão em conformidade com uma identidade de gênero esperada ou questionam essa expectativa – expectativa baseada na percepção do sexo, entendido como dado factual distinto das características sexuais primárias. Essa teoria implícita e popular sobre os atos e gestos como expressivos do gênero sugere que o gênero em si existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais ele é dramatizado e conhecido (Butler, 2018, p. 14).

Dentro desse contexto, a cisgeneridez é entendida como norma³, assim como a heterossexualidade. Ambas definem padrões de subjetividade e hierarquizam identidades,

³ A noção de norma em Foucault (1977; 1999) não deve ser entendida apenas como um conjunto de regras repressivas, mas como um mecanismo produtivo de poder que define o que é considerado regular, aceitável ou desejável em uma sociedade. Normas atuam não apenas para sancionar desvios, mas para produzir sujeitos, hierarquizar comportamentos e criar fronteiras de inclusão e exclusão. Nesse sentido, a normatividade é indissociável

relegando à marginalização modos de vida que não se conformam, como os de pessoas trans⁴ e intersexuais. Rosa (2020, p. 13) observa que “a heterossexualidade compulsória por si só pressupõe também a cisgeneride compulsória”, implicando que, na prática regulatória, a heterossexualidade se configura como cisheteronormatividade. Ao mesmo tempo, a normatividade produz sujeitos que se ajustam ao padrão e estabelece como desvio aqueles que não se conformam. Assim, a exclusão constitutiva das experiências de gênero não é apenas repressiva; é também efeito da própria normatividade, que define fronteiras de inclusão e exclusão na própria condição de humanidade. Nesse sentido, o termo “cisheteronorma” se mostra mais adequado que “heteronorma” para analisar as normatividades de gênero contemporâneas, pois evidencia a interdependência entre identidade de gênero e sexualidade, ainda que cada uma represente formas distintas de regulação dos corpos.

Pessoas trans, ao não se enquadrarem na cisheteronorma, acabam sendo tratadas como insignificantes e consideradas indignas de ocupar certos espaços sociais. Essa exclusão se manifesta em múltiplos níveis: na mídia, por meio de estereótipos caricaturais que reforçam preconceitos; nos dados oficiais, pela subnotificação e invisibilização; e nas relações institucionais, por meio da limitação de direitos e reconhecimento. A quantidade de pessoas trans no Brasil ainda é incerta, pois o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não incluía questões sobre identidade de gênero. Mesmo após um ofício enviado pela Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (ANTRA) em 2016, essas perguntas não foram incorporadas. Apenas em 2023, conforme artigo publicado na plataforma do Senado Federal⁵, os instrumentos de pesquisa deverão incluir indagações sobre identidade de gênero e orientação sexual. Essas informações são fundamentais para a formulação de políticas públicas capazes de garantir o exercício pleno da cidadania, especialmente considerando a complexa gama de violências a que a população trans é submetida. Vale ressaltar que o Brasil ocupa, há 14 anos consecutivos, a posição de país que mais mata pessoas trans⁶, segundo mecanismos internacionais de monitoramento da violência transfóbica, como os da ONG Transgender Europe.

Segundo o “Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras”, da ANTRA, mulheres trans têm 38 vezes mais chance de sofrer violência em comparação a homens trans e pessoas não-binárias. Apesar de alarmantes, esses dados não são precisos devido à subnotificação. Tanto a ausência de informações socioeconômicas sobre a população trans quanto a invisibilização da violência que recai sobre ela não podem ser compreendidas como mero descuido ou desorganização do Estado. Trata-se, na realidade, de efeito da cisheteronormatividade, que invisibiliza existências trans e as múltiplas violências a que estão submetidas, garantindo a reprodução das desigualdades.

A marginalização social, política e institucional das pessoas trans é produzida e reforçada pela norma, tornando a exclusão estruturante e não acidental. A cisheteronormatividade se naturaliza em práticas institucionais, como a ausência de registros adequados sobre pessoas trans, e em omissões estatais na proteção de seus direitos. Essa invisibilidade não apenas reflete, mas também reforça a norma, consolidando a posição marginalizada de sujeitos que não se conformam aos padrões de gênero e sexualidade estabelecidos. A violência transfóbica, nesse sentido, não é um fenômeno isolado, mas resultado da própria normatividade, que produz e sustenta a abjeção de corpos trans.

da constituição de identidades, corpos e práticas sociais, funcionando simultaneamente como instrumento de poder e efeito de governamentalidade.

⁴ O termo “pessoas trans” foi adotado para o presente artigo como uma forma de indicar a multiplicidade de experiências corporais, subjetivas e políticas que vão de encontro à cisgeneride, independente do rótulo que reivindiquem para si, a exemplo de “transexuais”, “transgêneras”, “travestis” e afins.

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/05/ibge-deve-coletar-dados-sobre-identidade-de-genero-aprova-comissao>. Acesso em: 28 de julho, 2023.

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/26/mortes-pessoas-trans-brasil-2022.htm>. Acesso em: 28 de julho, 2023.

A ausência de mecanismos consistentes de proteção e promoção da dignidade evidencia como pessoas trans são lidas socialmente. Ao tensionarem o padrão corporal e subjetivo da cisheterossexualidade, essas pessoas são tidas como abjetas – corpos excluídos, desprezíveis e marcados pela rejeição social (Butler, 2019). A abjeção, portanto, é produzida pela norma, que garante sua própria sustentação como “verdade do gênero”: a condição de humanidade de um sujeito só é socialmente reconhecida quando ele performa segundo os quadros normativos vigentes; caso contrário, sua vida torna-se politicamente destituída de reconhecimento e sujeita a múltiplas formas de violência, configurando-seno que Butler (2019) denomina como uma “vida precária”.

As violências derivadas dessa condição de precariedade se manifestam de diversas formas. No âmbito institucional e legal, a transfobia ocorre quando instâncias públicas privam pessoas trans de direitos civis e limitam o exercício da cidadania (Borba; Silva, 2020). Um exemplo é a excessiva burocracia no processo de retificação de prenome e gênero, que só foi simplificada em 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)⁷, resultado de uma longa trajetória marcada por custos judiciais e obstáculos administrativos.

No âmbito médico, dificuldades também persistem. Embora apenas em 2018 o termo “transexualismo” tenha sido retirado da “Classificação Internacional de Doenças” (CID)⁸, o discurso médico ainda descreve pessoas trans como portadoras de disfunções e incongruências, perpetuando sua marginalização. Tanto a transfobia quanto outras formas de discriminação são construídas pela linguagem, evidenciando que manifestações discriminatórias são construções sociais, históricas, discursivas e performativas (Borba, 2014).

Assim, tanto nas práticas cotidianas quanto nas instituições e nos discursos midiáticos, a performatividade de gênero e a cisheteronormatividade estruturam experiências de exclusão, invisibilidade e violência contra pessoas trans. No próximo tópico, discutiremos como essas ações se realizam por meio da linguagem.

2 Linguagem como performance e processos escalares

Como discutido anteriormente, a transfobia configura-se como uma rede complexa de violências que, entre outros efeitos, produz a invisibilização de pessoas trans. Esses corpos, ao desafiarem a coerência com as normas de gênero vigentes, são socialmente segregados, privados de posições de prestígio e frequentemente despojados de direitos fundamentais. A violência dirigida a pessoas trans manifesta-se também por meio da linguagem, que desempenha papel central na constituição ou negação de vidas nas práticas sociais. Butler (2015) argumenta que:

[...] ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social; isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo – que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis (Butler, 2015, p. 15-16).

O valor social atribuído a cada sujeito é construído pela linguagem, pois é por meio do discurso que as práticas sociais são instituídas e certas vidas são validadas enquanto outras são invalidadas. A concepção de formas de vida distintas e a atribuição de graus diferenciados de viabilidade a elas dependem, dentre outras coisas, de sua coerência com as normas que regulam gênero e sexualidade (Butler, 2015). Nesse sentido, a produção social de vidas e de seus valores ontológicos e políticos ocorre na linguagem e pela linguagem. O presente estudo entende,

⁷ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 31 de Agosto, 2023.

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/4nS1cUp>. Acesso em: 31 de agosto, 2023.

portanto, a linguagem como performance, em consonância com a teoria dos atos de fala de Austin (1990) e seus desdobramentos críticos em Derrida (1991) e Butler (1997). A linguagem não se limita a descrever situações; ela realiza ações, constituindo, assim, atos performativos.

A naturalização desses atos decorre de sua iterabilidade e citacionalidade (Derrida, [1977] 1988). A repetição constante produz efeitos de verdade, conecta atos separados no tempo e espaço e permite a criação de novos contextos de significação. É por meio desse processo que os atos de fala adquirem dimensão performativa, reproduzindo valores, crenças e ideologias. A violência linguística derivada de atos de fala transfóbicos (Silva, 2019a; 2019b) se fundamenta na historicidade desses atos. Exemplos disso incluem questionamentos sobre o “nome de verdade” de uma pessoa trans ou elogios camuflados que reforçam normas de gênero, como “até parece ser mulher/homem de verdade”. A reiterada produção desses atos torna a violência socialmente reconhecível e efetiva, caracterizando seu performativo.

Os corpos resultam de processos de iterabilidade e citacionalidade, manifestando-se nas práticas sociais que produzem efeitos sobre corpos e identidades e os naturalizam segundo normas rígidas de gênero, raça, sexualidade e outros marcadores regulatórios. Os discursos moldam ações e interpretações das múltiplas vivências existentes, definindo os espaços, comportamentos e estéticas considerados possíveis ou “esperados” segundo os supostos gêneros (Borges; Melo, 2019, p. 6). Esse sistema normativo indica que, explícita ou subliminarmente, a vida de pessoas trans é socialmente valorizada menos que a de pessoas cis.

A cisheteronorma, embora naturalizada, não se impõe de forma linear ou totalizante. A construção discursiva de sujeitos e de suas realidades ocorre de maneira processual, em trabalho contínuo de produção semiótica pelos sujeitos engajados nas práticas sociais (Carr; Lampert, 2016). Esse trabalho, denominado “escala” por Carr e Lampert (2016), remete à proporcionalidade cartográfica: nossas percepções da realidade constituem “mapas” culturalmente produzidos, imbricados em relações de poder e assimetrias sociais. O discurso cisheteronormativo não é absoluto, mas moldado por classificações e hierarquias que conectam significados individuais às macronormas culturais, como brancocentrismo, sexismo e capacitismo (Silva, 2020).

As formas linguísticas apresentam caráter indexical (Silverstein, 2013), isto é, os signos constituem e indicam aspectos sociais e culturais compartilhados entre sujeitos. Enquanto termos como “senhor/senhora” indicam respeito, imparcialidade e, frequentemente, superioridade social ou idade, o emprego de termos como “esquerdistas” pode apontar para uma identidade política em oposição a pautas historicamente consideradas de esquerda, tais como os direitos humanos, a distribuição de renda, o combate às desigualdades sociais e a direitos sexuais e reprodutivos. A indexicalidade evidencia que o sentido linguístico não é resultado exclusivo de uma propriedade formal dos signos, mas está profundamente contextualizado social e culturalmente.

A análise das escalas revela que o dimensionamento semiótico da vida envolve perspectivas situadas de sujeitos, evidenciando a ausência de neutralidade ideológica em qualquer prática semiótica. A legitimidade das atividades escalares não é distribuída equitativamente; sujeitos e instituições em posição de vantagem tendem a reforçar hierarquias já estabelecidas (Carr; Lampert, 2016). Assim, discursos e escalas naturalizados foram fortemente institucionalizados, sendo reproduzidos e, por vezes, ampliados pelos sujeitos, que podem ainda criar novas perspectivas, mantendo a normatividade.

3 Uma história dos dados: aspectos metodológicos

Conforme destacado desde a introdução deste artigo, os objetivos centrais deste estudo incluem a análise dos processos escalares presentes em práticas de comentário *online*, em resposta a um vídeo publicado no canal Metrópoles, na plataforma *YouTube*. O vídeo registra o Deputado

Federal Nikolas Ferreira (PL-MG) durante seu discurso oficial alusivo ao Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2023, na Câmara dos Deputados. Ao utilizar uma peruca e realizar uma performance satírica, o parlamentar deslegitima a identidade de gênero de mulheres trans, negando-lhes, simbolicamente, a possibilidade de serem homenageadas na ocasião.

Diante da influência dos discursos na reprodução de ideologias e das relações de poder que deles decorrem, torna-se necessária uma abordagem crítica em Linguística Aplicada (LA), considerando os contextos sociais, políticos e culturais nos quais as práticas de linguagem estão inseridas. Pesquisas que desconsideram a relevância social dessas práticas limitam o potencial transformador da LA, que busca compreender e repensar práticas sociais a partir das vivências múltiplas existentes (Pennycook, 1998). Estudos voltados à reflexão sobre discursos amplamente difundidos contribuem, assim, para a promoção de mudanças sociais.

Para compreender como a transfobia se manifesta em práticas discursivas situadas, adotou-se uma “etnografia de escala” *online* (Carr; Lampert, 2016, p. 10). Essa metodologia possibilita a análise detalhada de como os usuários produzem, interpretam e defendem opiniões no espaço social, reconhecendo que a produção de significados é processual, laminada e coconstruída (Silva, 2020). Esse processo envolve esforços de classificação e categorização de pessoas, objetos e qualidades, produzindo “hierarquias escaladas” (Carr; Lampert, 2016, p. 3), que serão analisadas neste estudo.

Foram examinados comentários sobre a “homenagem” realizada pelo Deputado Nikolas Ferreira, com o objetivo de compreender de que modo a transfobia se projeta nos discursos cotidianos que circulam nas mídias digitais. Durante o vídeo, o parlamentar afirma que a esquerda não lhe permitiria opinar sobre mulheres, por ele não ter “lugar de fala”. Aqui, a categoria teórica popularizada pelo trabalho da filósofa Djamila Ribeiro é tomada de forma satírica por um ator político da extrema-direita.⁹ Tal posicionamento reflete um fenômeno comum: termos e conceitos apropriados por grupos progressistas frequentemente são satirizados e deslegitimados pela direita (Silva, 2022). Como resposta, o parlamentar utiliza uma peruca e solicita ser chamado de “Nicole”, reforçando o caráter performativo de sua crítica.

Em seguida, Ferreira declara que “as mulheres de verdade” estariam perdendo espaço para “homens que se vestem como mulheres”. Esse ato de fala não apenas reforça a transfobia, mas também a naturaliza por meio da iterabilidade (Derrida, [1977] 1988), ao atualizar e reiterar sentidos que projetam o gênero como uma verdade essencial. Os efeitos do discurso transfóbico incluem sua ampla circulação entre contextos *online/offline* e a multiplicidade de comentários que recontextualizam suas palavras segundo distintos enquadramentos ideológicos. O vídeo viral intitulado “No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira faz discurso transfóbico na Câmara”¹⁰ foi publicado no canal do Metrópoles no *YouTube* em 08 de março de 2023 e contava, no momento da análise, com mais de 120 mil visualizações.

Nikolas Ferreira (PL-MG) foi o Deputado Federal mais votado do Brasil, com 1,47 milhão de votos, parte dos quais atribuíveis às polêmicas envolvendo o parlamentar e a deslegitimização de grupos minoritários. Como figura política, possui grande apoio da base conservadora e mantém um canal no *YouTube* (@NikolasFerreiraO), no qual se define como “cristão desde criança, conservador, defensor da família e dos princípios bíblicos e natural de Belo Horizonte”. Em seu canal, são postados compilados de suas falas, entrevistas e uma série de vídeos em diferentes formatos, os quais buscam amplificar seus posicionamentos ideológicos, contabilizando, no momento da escrita deste artigo, 447 postagens, cerca de 2,47 milhões de

⁹ Do ponto de vista do discurso, “lugar de fala” corresponde a uma categoria analítica desenvolvida com vistas da “autorizar” que corpos historicamente oprimidos reivindicam sua existência e a inclusão de suas perspectivas no debate público. Ademais, a categoria favorece a compreensão do modo como o lugar social ocupado por grupos específicos na estrutura social, a exemplo de negros, mulheres e pessoas trans, afetam o status de legitimidade de suas vozes na sociedade (Ribeiro, 2017).

¹⁰ Disponível em: https://youtu.be/t2llpuO_DK8?feature=shared. Acesso em abr. 2024.

inscritos e mais de 137.539.332 (cento e trinta e sete milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentas e trinta e duas) visualizações.

O vídeo em questão recebeu quase dois mil comentários, que revelam diferentes projetos escalares: alguns usuários criticam o discurso do parlamentar como transfóbico, enquanto outros o defendem. A viralização do vídeo evidencia a circulação ampla do discurso e a multiplicidade de perspectivas ideológicas que o reinterpretam em diferentes contextos.

As interações geradas pelo vídeo expõem a perspectiva ideológica dos sujeitos por meio de estratégias de criação escalar. Na próxima seção, serão apresentadas interpretações situadas desses processos, características de uma etnografia de escala, com atenção especial ao modo como o discurso transfóbico é manifestado e perspectivado nas práticas semióticas analisadas.

4 Processos semióticos de naturalização de escalas transfóbicas

Nesta seção, analisamos comentários extraídos do vídeo previamente citado, articulando as interpretações aos pressupostos teóricos desenvolvidos nas seções 1 e 2. Para maior clareza e organização, as análises foram agrupadas conforme o contexto das falas transfóbicas selecionadas.

4.1 O modelo biomédico de identidade e a patologização das identidades trans

Ao examinar os atos de fala transfóbicos incluídos neste estudo, observa-se a predominância de práticas linguísticas ancoradas em um contexto médico-científico, que mobiliza constructos ideológicos provenientes de áreas como Medicina, Biologia e Fisiologia (Silva, 2019a; 2019b). Esses saberes, ao serem reiteradamente invocados nos atos de fala, desempenham função reguladora e normatizadora, conferindo aos enunciados a força ilocucionária necessária para sustentar a violência linguística direcionada a pessoas trans (Austin, 1990).

4.2 Análises de comentários transfóbicos: patologização e naturalização biológica

Comentário 1

“Tchau querida, volta pra tua bolha que no mundo real mulheres e homens são determinações biológicas (genéticas) desde a concepção e desenvolvimento do feto, o resto é doença da cabeça de alguns.”

Comentário 2

“??? Não sejam ridículos. Isso não existe! Procurem estudar biologia, literatura médica, a filosofia da existência humana! Mulher trans é só uma expressão oriunda do devaneio de malucos (doidos, Pinel, insanos, doentes mentais) fomentado por políticos socialixos e alimentado por gente de mau caráter que quer submeter as mulheres a situações esdrúxulas ou vexaminosas, quando não serve para expô-las a risco de assédio ou estupro.”

O autor do comentário 1 inicia seu trabalho escalar evocando um fato emblemático da política recente brasileira. A expressão “Tchau, querida” surgiu em uma conversa telefônica entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, gravada em 16 de março de 2016 e divulgada ilegalmente pelo juiz Sérgio Moro no contexto da Operação Lava Jato. Na ocasião, Dilma se despediu de Lula de forma afetuosa, dizendo “Tchau, querido”, ao que ele respondeu “Tchau, querida”. O conteúdo da conversa, de caráter íntimo e privado, foi apropriado politicamente e ressignificado por setores da oposição, tornando-se um slogan do antipetismo e um símbolo de deboche e deslegitimação da presidente durante o processo de impeachment. Assim, uma expressão originalmente afetiva foi convertida em um marcador

discursivo de hostilidade e oposição à esquerda, amplamente difundido em redes sociais, faixas e manifestações públicas. Nesse processo, vemos uma performatividade discursiva em escala, pela qual um signo afetivo e privado é reiterado e transformado em um ato político coletivo, produzindo efeitos de sentido que atravessam diferentes contextos e temporalidades — um exemplo claro de como afetos e violências se expandem e se estabilizam por meio da circulação digital.

Ao se apropriar dessa expressão, o comentário recupera essa carga simbólica de ironia e rejeição, acionando mecanismos ideológicos de exclusão e hierarquização social. O antipetismo, nesse sentido, pode ser compreendido como um fenômeno sociopolítico caracterizado pela rejeição sistemática ao Partido dos Trabalhadores (PT), às suas lideranças e às pautas progressistas associadas ao partido. Mais do que uma discordância ideológica, ele constitui uma identidade política performada negativamente, sustentada por discursos morais, religiosos e midiáticos que associam a esquerda à corrupção, ao desvio de valores e à ameaça à ordem tradicional. Segundo Borges e Vidigal (2018), o antipetismo opera como um elemento estruturante da polarização política brasileira, influenciando o comportamento eleitoral e empurrando as práticas políticas para o extremismo autoritário. Assim, a circulação reiterada de expressões como “Tchau, querida” funciona como um ato performativo de violência simbólica, cuja força deriva de sua repetição e de sua escalabilidade nas redes sociais. Esses gestos de linguagem não apenas marcam fronteiras políticas, mas também produzem efeitos de exclusão sobre corpos e identidades dissidentes, articulando, em uma mesma cena discursiva, antipetismo, misoginia e transfobia, e demonstrando como a violência política e de gênero se reforçam mutuamente na paisagem digital contemporânea.

O comentário 1 responde a uma usuária que expressou surpresa ao constatar postagens que, em vez de repudiar o discurso do parlamentar, o acatavam e elevavam. Tanto os comentários 1 quanto 2 se valem de discursos de contexto médico-científico como recurso para legitimar suas posições. Historicamente, cada avanço conquistado por pessoas trans ocorreu de maneira gradual e penosa, tanto legal quanto médica. Durante anos, pessoas trans foram definidas como portadoras de transtornos mentais por laudos médicos, até a retirada do termo “transexualismo” do capítulo “Transtornos da Identidade Sexual” da Classificação Internacional de Doenças (CID). Apesar da despatologização parcial promovida pela OMS, pessoas trans ainda são descritas no tópico “Incongruências de Gênero”, evidenciando a persistência de discursos médico-científicos que sustentam a transfobia. Essa historicidade explica como atos de fala transfóbicos continuam a ser produzidos e reproduzidos, exercendo força ilocucionária (Austin, 1990) e legitimando a violência simbólica contra pessoas trans.

Nos comentários analisados, percebe-se que a dimensão ilocucionária sustenta uma leitura essencialista do corpo, concebido como possuidor de uma essência indissociável e anterior a quaisquer influências culturais ou discursivas. Nesse sentido, a pessoa trans transgride a ontologia do corpo socialmente imposta (Butler, 2015), ocupando uma posição de transgressão. Ambos os comentários engajam-se na produção de uma escala baseada em traços pré-discursivos que naturalizam a performance cis-heteronormativa como intrínseca a todos os indivíduos. Além disso, os atos de fala legitimam discursos médico-científicos que normatizam gênero e sexualidade, conferindo autoridade a essas escalas por meio de sua institucionalização (Carr; Lampert, 2016; Silva, 2020; Borba; Silva, 2020).

Assim, o contexto médico-científico funciona como balizador nas questões de identidade, enquanto o sexo corporal exerce efeito performativo, visto que atos de fala criam “verdades” compulsórias sobre corpos, gêneros e sexos. Nos comentários selecionados, nota-se uma tentativa de negar o caráter performativo do corpo e do sexo, legitimando fatores biológicos como determinantes para distinguir homens de mulheres, reforçando, assim, mecanismos discursivos que sustentam a transfobia.

Comentário 3

“@Prometheu§ prq eu concordar com ele?? Uma pena vc não ter inteligência suficiente pra entender! Temos que ser mulher sim e não deixar o sistema mudar o que Deus projetou! Vcs querem mudar a lei natural da vida! Esse menino é um grande homem e me representa! E acho que as pessoas deveriam se preocupar com coisas mais importantes que é a educação e a saúde desse povo! Pois vcs estão cada dia mais doente mentalmente e fisicamente! Geração nutella.”

De maneira semelhante aos comentários anteriores, a autora do comentário 3 ancora seu argumento no contexto médico-científico ao empregar o signo “lei natural”, indicando que os indivíduos devem agir em conformidade com a cisneteronorma, desconsiderando o papel performativo do gênero. A performatividade, como destacado por Butler (2018), relaciona-se à forma como os sujeitos agem e aos efeitos dessas ações; em outras palavras, a repetição estabelece comportamentos socialmente reconhecidos em função do “sexo atribuído ao nascimento” (Vergueiro, 2016).

Nesse comentário, a narrativa médica-científica se combina com a ideia de uma “verdade” do corpo e do sexo biológico, consolidada nas práticas sociais. Dessa forma, saberes-poderes historicamente construídos são tratados como neutros, sem qualquer interferência ideológica, política ou histórica. A transfobia expressa nos atos de fala analisados ocorre por meio de processos citacionais, configurando-se como a repetição ritualizada de contextos transfóbicos. A violência produzida é, assim, performativizada pela negação das designações identitárias de pessoas trans, questionando a legitimidade de suas identidades com base em características genéticas ou corporais, numa perspectiva biologicista articulada a saberes médico-científicos sobre gênero, sexo e corpo.

No trabalho semiótico da usuária, observa-se a projeção de escalas de natureza distinta das analisadas anteriormente: ao qualificar o comentário de @Prometheu§ como fruto da falta de escolarização, ela recorre a discursos acadêmicos para reforçar os saberes médico-científicos previamente mobilizados.

Além do contexto médico-científico, a usuária articula um discurso de matriz religiosa, acionando saberes-poderes provenientes de narrativas judaico-cristãs sobre a origem da vida e a dimensão pós-vida do corpo humano. Nesses atos de fala, que violam a existência de pessoas trans com base em argumentos religiosos, verifica-se um extenso processo de contextualização que, por meio de escolhas discursivas, “produz, no discurso, os corpos e as identidades trans como realidades ligadas à transgressão da moral hegemônica, à maldição e à condenação divinas, bem como à demonização como signo de sua alteridade fundamental em relação à ordem do divino” (Silva, 2019a, p. 176).

Em síntese, os contextos médico-científico e religioso, socialmente construídos, conferem força ilocucionária aos atos de fala transfóbicos, legitimando a violência discursiva e performatizando o impedimento da expressão das identidades de pessoas trans. A próxima subseção abordará atos de fala transfóbicos que utilizam a produção de antagonismos sociais para reproduzir e reforçar essa violência.

Os antagonismos são frequentemente acionados para gerar rivalidade e, por consequência, enfraquecer movimentos sociais. Nesse contexto, uma – suposta – competição entre mulheres cis e mulheres trans é incentivada, resultando na discriminação e exclusão de mulheres trans dentro do próprio movimento feminista. O comentário 4 ilustra esse incentivo à rivalidade:

Comentário 4

“Jornal mais esquerdista que esse Metrópoles, só a Globo, mas tudo bem. Vocês chegaram a

assistir o vídeo? Se assistiram, então vocês estão mais preocupados com os trans do que com as mulheres. Pois ele está defendendo o direito da mulher! Sacanagem, no dia da MULHER colocaram um trans para representá-las... No dia da MULHER A MULHER QUE TEM QUE SE REPRESENTAR! E se vocês estão dizendo que foi discurso transfóbico, vocês não ligam para os direitos das mulheres.”

Comentário 5

“@Laisa Vilela A liberdade de expressão ilimitada parece só funcionar pra esquerda, não é mesmo? Hoje basta que alguém partilhe de uma opinião que não seja de acordo com uma ideologia pregada, que essa mesma pessoa é taxada e condenada por incitar a transfobia e o ódio. Você não precisa tirar os direitos de alguém para ter os seus. Ajudar a comunidade LGBTQIA+ a garantir espaço e respeito tirando o direito e o espaço de mulheres que lutaram pra estar ali não é correto, é injusto.”

As produções de gênero são socialmente construídas e estruturam diversos aspectos da vida social. Assim, as múltiplas manifestações individuais são pautadas por normas que impõem comportamentos, interesses e expectativas (Butler, 2018), especialmente sobre os corpos femininos, repercutindo nas esferas política, econômica, social e jurídica.

Contudo, essas normas não atingem todas as mulheres da mesma forma, pois são atravessadas por interseccionalidades como raça, classe, gênero e sexualidade (Butler, 2018). Ao desconsiderar essas dimensões, os discursos transfóbicos naturalizam práticas reguladoras que promovem uma identidade uniforme, reforçando hierarquias sociais.

No comentário 4, ao afirmar que “No dia da MULHER (cis) QUE TEM QUE SE REPRESENTAR”, o usuário projeta uma escala de oposição entre mulheres cis e trans, naturalizando relações de poder que convergem com a cisheteronorma. Tal construção deslegitima a inclusão de mulheres trans na luta por direitos e reconhecimento social, funcionando como regulação social sobre corpos e identidades. Essa escala obscurece as múltiplas desigualdades que afetam mulheres trans, inclusive violências dentro do próprio movimento feminista. Como observa Borges (2018, p. 61):

Assim como o corpo feminino foi pensado à sombra do masculino, o corpo trans* tem sido configurado e reconfigurado sob o império da cismatividade, que entende que os indivíduos que não apresentam uma identidade de gênero congruente com o sexo biológico devem sofrer uma adequação física. Socialmente, entretanto, essas pessoas continuam sendo lidas apenas como um espectro do modelo perfeito, nunca sendo reconhecidas como ‘mulher de verdade’ ou ‘homem de verdade’. O argumento biológico, assim, é utilizado como a tábua de salvação para justificar a propagação de preconceitos e violências sociais sobre esses indivíduos.

A projeção escalar do comentário 4 (“...então vocês estão mais preocupados com os trans do que com as mulheres”) reforça que mulheres trans não são socialmente reconhecidas como “mulheres de verdade”. O comentário 5 corrobora essa lógica, ao afirmar que garantir direitos à comunidade LGBTQIA+ significaria retirar direitos de mulheres cis, reforçando a oposição e promovendo rivalidade.

O uso do artigo masculino em “os trans” demonstra uma prática de violência linguística, evidenciando que escolhas lexicais refletem crenças e valores, consolidando hierarquias sociais escaladas (Carr; Lampert, 2016). Ao negar pronomes ou formas de identificação, os usuários naturalizam a cisheteronormatividade, configurando um apagamento das diferenças e das performances identitárias situadas. Esse modo de operação com o sistema de gênero gramatical estabelece relações indexicais, por isso, culturais, com operações com os sistemas de gênero

social, tal como já demonstrado em outras pesquisas sobre o funcionamento da transfobia na linguagem (Silva, 2019a).

Adicionalmente, a alegação de que “a liberdade de expressão ilimitada parece só funcionar pra esquerda” mobiliza um argumento de neutralidade, porém, esconde o efeito real da violência discursiva. O direito à liberdade de expressão é plural, mas não absoluto; quando manifestado de forma que fere existências, ele configura uma prática violenta. Assim, ao sustentar que a presença de mulheres trans comprometeria os direitos das mulheres cis, os comentários naturalizam a exclusão, negando direitos fundamentais, incluindo o direito de existir e (re)existir.

Considerações finais

O presente estudo propôs refletir sobre a linguagem enquanto prática social capaz de contribuir para a naturalização da marginalização de grupos minoritários, em especial da comunidade trans, constantemente alvo de diferentes formas de violência. Tais violências se manifestam não apenas por meio de abusos físicos, mas também pela negação de direitos básicos, sendo perpetuadas por intermédio da linguagem, dada sua relevância na constituição de identidades e subjetividades nas práticas sociais.

Com o presente estudo, nos propusemos a refletir sobre a linguagem e seu papel enquanto prática social que contribui para a naturalização da marginalização de grupos minoritários, em especial da comunidade trans, constantemente alvo de diversas formas de violência. Essas violências se manifestam não apenas por meio de abusos físicos, mas também pela negação de direitos básicos, sendo perpetuadas, ainda, pela linguagem, dada sua relevância na constituição das vivências nas práticas sociais.

Para a análise realizada, foram discutidos conceitos essenciais para a compreensão da violência linguística dirigida a mulheres trans, como performance (Butler, 2018), cisheteronorma (Rosa, 2020), atos de fala (Austin, 1990), e suas contribuições para a manutenção de hierarquias e a reprodução de dados alarmantes sobre violência contra pessoas trans no Brasil.

Além disso, examinamos comentários produzidos em um vídeo no *YouTube* relacionado ao ato transfóbico cometido pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira no Dia Internacional da Mulher. Buscamos observar, ainda, como a repetição de atos de fala contribui para a naturalização de certos discursos, como o médico-científico, frequentemente acionado para legitimar a transfobia. Para tanto, utilizou-se uma abordagem de “etnografia de escala” (Carr; Lampert, 2016, p. 10), permitindo compreender como os processos escalares são mobilizados para reproduzir desigualdades discursivas.

Nesta pesquisa, os atos de fala analisados apresentam alto teor ideológico e visam reafirmar violências transfóbicas, evidenciando o poder performativo da linguagem na construção de hierarquias sociais. A análise demonstrou que a linguagem não apenas reflete desigualdades, mas também contribui para a manutenção de práticas sociais que negam direitos e identidades, em especial de homens e mulheres trans, provocando reflexões e debates dentro e fora da academia.

Com base nessas reflexões, torna-se essencial adotar uma abordagem política e engajada nas práticas de pesquisa, comprometida com a promoção da igualdade. Tal abordagem se justifica tanto pela oportunidade de analisar criticamente as violências dirigidas a grupos minoritizados, a exemplo da população trans, quanto pela possibilidade de questionar e transformar normas socialmente construídas e reproduzidas. Este trabalho busca, assim, colaborar com análises acadêmicas e fomentar a criticidade acerca das lógicas discursivas que estruturam normatividades sociais e seus efeitos de hierarquização e violência, ampliando o entendimento sobre os efeitos da linguagem nas práticas sociais.

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.
- BORBA, Rodrigo; SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Swings and scales of democracy: the “transgenderepidemic” and resistancetoantigenderism. *Trabalhos em Linguística Aplicada.*, Campinas, n. 59, v. 3, p. 1916-1945, set./dez. 2020.
- BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. “*Meu corpo, minhas regras*”: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans) feministas. 2018.
- BORGES, André; VIDIGAL, Robert. *Do lulismo ao antipetismo?* Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, p. 53-89, 2018.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva. MELO, Glenda Cristina Valim de. *Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2019.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Vidas precárias: o poder do luto e da violência*. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CARR, Sumerson; LEMPERT, Michael. *Scale: discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press, 2016.
- DERRIDA, Jaques. Limited Inc. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991.
- PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- PENNYCOOK, Alastair. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês.; CAVALCANTI, Marilda do Couto. *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. cap. 1, p. 23-49.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; 2017.
- ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. *Cisheteronormatividade como instituição total*. v. 18 , n. 2, agosto, 2020.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, University of Chicago, n.23, p.193-229, 2003.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. *Quando dizer é violentar: violência linguística e transfobia em comentários online*. Salvador: Devires, 2019a.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. (Meta)pragmáticas da violência linguística: patologização de vidas trans em comentários online. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. 58, v. 2, p. 956-985, mai./ago. 2019b.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. *A linguagem contra a democracia: registros discursivos antigênero no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. 2022. 324f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 280-306, 31 dez. 2020.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgêneride como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely., CASTRO, Mary Garcia., and MOUTINHO, Laura., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978- 85-232-1866-9.
<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

Submetido em 14/05/2025
Aceito em 07/10/2025